

ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL NA ESCOLA COMO PROCESSO DE INCLUSÃO

José Batista de Barros, Tainá de Melo Ferreira, Adriana Letícia Torres da Rosa, Madson Gois Diniz.

Universidade Federal de Pernambuco, josébatista.40@gmail.com

Resumo: O referido trabalho está situado no campo da Educação Especial, tendo como bases de sustentação epistemológicas, teorias que têm como ponto comum a perspectiva inclusiva de estudos sobre a educação, especialmente as proposições de Mantoan (2003) e Silva (2012). Tem como objetivo central analisar as condições de acessibilidade quanto a comunicação espacial nos diversos locais de circulação do Colégio de Aplicação da UFPE. Para tanto, metodologicamente, toma como amostra o Colégio de Aplicação da UFPE (CAp). O corpus é composto por diagnóstico de análise das condições de acessibilidade quanto à comunicação espacial, elaborado com base numa planilha tendo como referências às normas da ABNT a qual especifica as características do ambiente que permitem aos indivíduos reconhecer a identidade e as funções dos espaços, assim como definir estratégias para seu deslocamento e uso. Os dados mostram que o referido Colégio pouco avançou no tocante à acessibilidade comunicacional. Não há um sistema básico de comunicação espacial que favoreça ampliação da independência e autonomia aos cidadãos, especialmente àqueles que possuem alguma deficiência, a exemplo: mapa visual e tátil, piso tátil direcional, placas de identificação dos ambientes confeccionadas com letra grande e contraste de cor ou ainda placas com letra em relevo ou em Braille; sala de recurso multifuncional; formas de acesso a acervo e acervo acessível à pessoa com cegueira na Biblioteca. Diante da problemática, propomos a formação de uma Comissão de Acessibilidade na Escola para se resgatar os dados dessa pesquisa e elaborar um projeto detalhado de reforma para acessibilidade comunicacional.

Palavras-chave: Acessibilidade, Escola inclusiva, Comunicação espacial

Introdução

Esta pesquisa¹ está associada aos estudos do grupo de pesquisa Experimentação Pedagógica e Formação de Professores na Educação Básica – CNPq, vinculado ao Colégio de Aplicação da UFPE.

O referido trabalho tem como tema central a acessibilidade como direito assegurado e subjetivo com garantias legais nas legislações vigentes em nosso país no plano das políticas públicas de promoção da acessibilidade em todas as escolas conforme preconiza o Decreto-lei nº 5.296/2004 e as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) NBR 9050/2004. Essa legislação, em detalhes, explicita os critérios técnicos de acessibilidade a serem observados no planejamento do espaço escolar, dentro de uma temática maior que é a

¹ Uma versão desse trabalho foi apresentada no III Congresso Internacional de Educação Inclusiva, 2018.

educação inclusiva e especial, trazendo em sua essência um novo olhar para o paradigma educacional vigente: a escola como um espaço de fato para todos, considerando as diversidades.

Podemos afirmar que a Educação Inclusiva vem promovendo uma revolução na educação brasileira. Tempos de mudanças, de contextos educativos diferenciados, de interações múltiplas, estabelece um novo patamar de atuação, não dissociado de teoria e prática. Nesse contexto, para maior acessibilidade, a escola inclusiva deve organizar seu espaço no sentido de promover uma adaptação estrutural para atender inclusive pessoas com deficiência.

No tocante à acessibilidade, podemos defini-la como o conjunto de condições e possibilidades de alcance para utilização com segurança e autonomia de espaços e edificações, públicos ou privados (ABNT) NBR 9050/2004. Os espaços, de maneira geral, dizem muito quando não estão preparados para receber as pessoas com deficiências, impedindo seu uso por aqueles que apresentam alguma desvantagem para sua utilização. A adequação física/espacial desses espaços permitem que circulem e exerçam as atividades necessárias todos os que dele fazem uso.

No espaço da escola, essa adequação espacial torna-se fundamental para a circulação dos alunos, com deficiências, nas diversas atividades no contexto escolar. A comunicação espacial, os equipamentos e mobiliários proporcionam, quando adequados e bem sinalizados, uma maior interdependência e autonomia na garantia do direito de todos de ir e vir. Segundo a ABNT (NBR9050:2004), acessibilidade é a “possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos”.

Diante do exposto, apresentamos o problema de pesquisa: O Colégio de Aplicação da UFPE está preparado para atender as especificações de acessibilidade e inclusão recomendadas na forma da lei no tocante a comunicação espacial? Como preparar os vários espaços da escola, de forma que atendam as especificações, no que se diz respeito à comunicação espacial? Ao investigar com mais profundidade as questões que se colocam, refletimos sobre tais barreiras que dificultam e obstruem o acesso das pessoas com algum tipo de deficiência, capacitando-nos a apresentar dados que vislumbram subsidiar a gestão e os setores responsáveis de modo a maximizar os acessos e minimizar as barreiras físicas e comunicacionais nos diversos espaços da escola.

Elegemos como objetivo geral analisar as condições de acessibilidade quanto a comunicação espacial nos diversos locais de circulação do Colégio de Aplicação da UFPE. Como objetivos específicos, destacamos: verificar as condições de sinalização de identificação dos ambientes; como também identificar as condições de sinalização dos caminhos de direcionamento da localização dos ambientes na escola.

A pesquisa desenvolve-se fundamentada nos estudos do entendimento legal das políticas nacionais e institucionais para a educação especial e do papel da educação no processo de inclusão social, para a produção de conhecimentos sobre ações de cidadania e organização sociocultural com vistas a uma sociedade mais justa, humana e fraterna. Nesse contexto, o trabalho está situado no campo da Educação Especial, tendo como bases de sustentação epistemológicas, teorias que têm como ponto comum a perspectiva inclusiva de estudos sobre a educação, especialmente as proposições de Mantoan (2003) e Silva (2012).

Nesse caminhar, entendemos que escola apresenta-se como espaço privilegiado, pois é onde se instauram os primeiros ensaios da organização social e cultural na vida da criança e do adolescente. Nesse espaço, norteiam-se as várias missões de, nos tempos atuais, se promover o desenvolvimento humano, com base no estudo de diversas áreas do conhecimento, a fim de preparar os indivíduos para convivência social mais significativa.

É nesse sentido que Mantoan (2003) destaca que a inclusão se legitima, no Brasil mais efetivamente,

Porque a escola, para muitos alunos, é o único espaço de acesso aos conhecimentos. É o lugar que vai proporcionar-lhes condições de se desenvolverem e de se tornarem cidadãos, alguém com uma identidade sociocultural que lhes conferirá oportunidades de ser e de viver dignamente. (MANTOAN, 2003, p.30).

A escola inclusiva, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Especial, conceitua-se como uma nova escola que valoriza a diversidade em detrimento da homogeneidade. Para tanto deve se valer da sua arma mais poderosa: o seu Projeto Político Pedagógico e através dele, do currículo flexível, da metodologia, da avaliação e das estratégias de ensino motivadoras, devem promover as ações que contribuam para a inclusão social e para diferenciadas práticas educativas que objetivem atender a todos.

A educação especial e inclusiva no Brasil, desde a promulgação da Constituição de 1988, tem fomentado mudanças urgentes e importantes no que se refere aos direitos das pessoas com deficiências, evoluindo para uma concepção de educação fundamentada, principalmente, no respeito às diferenças e na inclusão. Esse panorama se consolidou com a

criação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, em 2008, elaborada nos preceitos de uma escola que possibilita o aluno aprender, a partir de suas aptidões e capacidades e culmina em 2015 com a promulgação LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015 que institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência/estatuto da pessoa com deficiência, reafirmando o que, até então, tem sido posto aos direitos e deveres das pessoas com deficiências.

A educação inclusiva singulariza a resiliência dos seres humanos no que se refere as suas capacidades de aprendizagens, mostrando que todos podem aprender, desde que lhes sejam dadas as condições dos acessos e dos meios necessárias para tal e nos ensinam a sermos pessoas melhores (cf. SILVA, 2012). Cabe a todos que compõem a comunidade escolar o preparo do alicerce que fundamenta esse caminho para todos que se aproximem da escola, exigindo uma mudança nos modos de pensar, sentir e agir. O despertar para esses novos modos de enxergar a realidade que nos é apresentada, tecerá formas articuladas de singularidades e pluralidades. Tais mudanças resultarão em um salto qualitativo educacional evidente, pois sua redefinição contínua exigirá uma melhor preparação e especialização por parte de toda comunidade escolar e em especial dos professores.

A convivência crítico-reflexiva com a pluralidade resultará em novas experiências à coletividade, que aprenderá a combater o preconceito, fomentando o respeito às diferenças e valorizando a diversidade, com o reconhecimento da igualdade. A escola inclusiva beneficia, não apenas os que têm alguma necessidade educacional especial, mas todos os envolvidos no processo de inclusão, oportunizando a convivência com base nas relações de respeito.

Metodologia

Essa pesquisa, com vistas a investigar as condições de acessibilidade quanto a comunicação espacial escolar, toma como amostra o Colégio de Aplicação da UFPE (CAp) – escola pública federal que atende do 6º ano do Ensino Fundamental à 3ª série do Ensino Médio. O CAp possui 50 professores, 20 servidores técnico-administrativos e 420 alunos, além de demais profissionais terceirizados de acordo com o seu projeto pedagógico. Circulam pela unidade escolar além dessas pessoas, familiares dos alunos, alunos da graduação da UFPE (estagiários das licenciaturas) e comunidade em geral: a comunicação espacial acessível é, pois, uma condição relevante para orientar a clientela, na sua diversidade, para situar-se adequadamente nos ambientes existentes.

O corpus é composto por diagnóstico de análise das condições de acessibilidade quanto à comunicação espacial, elaborado com base numa planilha tendo como referências às normas da ABNT. Na planilha, itens serão especificados quanto às características do ambiente que permitem aos indivíduos reconhecer a identidade e as funções dos espaços, assim como definir estratégias para seu deslocamento e uso: a forma, a iluminação, as cores e a disposição dos lugares e equipamentos; bem como as informações escritas ou desenhos – letreiros, mapas, imagens – auxiliam na comunicação espacial.

Com base nos estudos realizados, desenvolvemos a investigação com as categorias de análise: condições de sinalização de identificação dos ambientes; condições de sinalização dos caminhos de direcionamento da localização dos ambientes na escola.

Resultados e Discussão

Nesse trabalho de pesquisa, a apropriação e o estudo das legislações pertinentes ao tema da inclusão e a acessibilidade, em especial as que tratam da comunicação espacial na escola, fazem-se extremamente importante para o despertar da consciência e o respeito para com as pessoas com deficiência, visto que na sociedade contemporânea o tema tem papel de destaque, não só em informar a população que essas pessoas existem, mas sobretudo, que elas têm direitos como todos os demais cidadãos e que eles precisam serem respeitados e, dentro desse escopo: a educação é um direito de todos.

Acessibilidade comunicacional está associada à possibilidade de ampliação da oferta de recursos, atividades e bens culturais que garantam o direito dos cidadãos à independência e autonomia, especialmente àqueles que possuem alguma deficiência. Dentre as características que devem ser observadas em grau de acessibilidade na comunicação espacial estão:

Quadro 1 - Condições de acessibilidade comunicacional no Colégio de Aplicação da UFPE

Questões de análise das condições de acessibilidade comunicacional na escola	Situação do Colégio de Aplicação da UFPE
Na escola, existe suporte informativo (diagramas, mapas, quadros) visual e tátil, que possibilitem ao usuário localizar-se, identificar o local das diferentes atividades e definir rotas para o uso do edifício de forma independente?	Não.
Na recepção, existe um mapa visual que apresenta zoneamento do edifício? Placas, com letra grande e contraste de cor, ou piso tátil que indicam o caminho a seguir para chegar aos demais ambientes da escola, como salas de aula, biblioteca, refeitório, etc.? Ou ainda suporte informativo com espaço para aproximação da cadeira de rodas?	Não.
Na recepção, existe mapa tátil que possibilite ao usuário com deficiência visual localizar-se, identificar o local das diferentes atividades e definir os caminhos a seguir, de forma independente? Na existência de mapa tátil, há piso tátil direcional que guie as pessoas	Não.



com deficiência visual até a sua localização?	
Na tela de comunicação institucional (televisão situada no hall de entrada), há sistema de audiodescrição, legendas ou janela de Libras?	Não.
Os ambientes, como Secretaria, Sala de Línguas, Serviço de Orientação ao Estagiário, possuem placas, sinalizadoras que as identifiquem?	Na maior parte dos ambientes há placas de identificação, contudo não possuem com letra grande e contraste de cor, também em alguns casos, a placa não sinaliza o ambiente corretamente, como por exemplo, temos a placa “Sala de Vídeo” num ambiente que é destinado á aulas de “Língua espanhola”. Na sala cuja placa é identificada como “Secretaria”, também comporta o espaço da “Vice Direção” e “Direção”.
Junto às portas de cada ambiente, como Secretaria, Sala de Línguas, Serviço de Orientação ao Estagiário, existem placas com letra em relevo ou em Braille, na altura entre 90 e 110 centímetros, que identifique seu uso para pessoas com deficiência visual?	Não.
Existe sinalização visual em forma de pictogramas?	Não.
Há quadro informativo com o número do pavimento e suas principais funções? Ou mapa com informação visual e tátil do pavimento indica saídas de emergência e outros tipos de circulação vertical?	Não.
Existe um serviço de atendimento para pessoas com deficiência auditiva, ou pessoas com surdocegueira, prestado por pessoas habilitadas ou por um equipamento de tecnologia assistiva, como um computador que permita a comunicação dos funcionários com a pessoa com deficiência auditiva?	Na recepção não existe um serviço de atendimento para pessoas com deficiência auditiva, ou surdo/ cegas, prestado por pessoas capacitadas (intérpretes): o porteiro não possui formação para tal. Demais funcionários da escola não têm tal atribuição. Há, contudo, um serviço para o acompanhamento questões relacionadas ao atendimento educacional especializado, o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NACI): composto por um professor pós-graduado em Educação especial, uma psicóloga e uma pedagoga.
Há uma sala de recurso multifuncional?	Não.
Há sistema de alarme de incêndio simultaneamente sonoro e luminoso?	Não.
Há indicação sonora e visual em saídas de emergência?	Não.
Há placas indicativas no interior da edificação para sinalização de rotas e entradas acessíveis?	Não.
Na biblioteca, existe computador com tecnologia assistiva, como Dos Vox, etc., para pessoas com deficiência visual?	Não.
Na biblioteca, existe computador com programa de leitor de tela para alunos com deficiência visual?	Não.
No acervo da biblioteca, há áudio livros, livros em braile, ou outros materiais específicos para uso das pessoas com deficiência visual?	Não.
No refeitório, as mesas, destinadas ao uso de pessoas em cadeira de rodas, estão sinalizadas, integradas às demais e em local de fácil acesso ao balcão de distribuição de refeições?	Não.
No refeitório, no balcão de serviço, os alimentos estão informados em	Às vezes, os alimentos estão

plaquetas escritas?

identificados.

No que se refere à acessibilidade nas escolas, em especial na perspectiva da comunicação espacial, essa deverá preceder de uma organização, tanto interna quanto externa. Implica dizer que será necessário muito suporte, não somente no que se refere às questões pedagógicas, mas principalmente, no que se refere às estruturais, para que os alunos com deficiência e os demais que frequentam a escola, possam locomover-se e localizar-se no interior dos ambientes comuns, sem dificuldades, que é algo que ainda não acontece dentro do Colégio de Aplicação da UFPE. “A inclusão escolar é um movimento mundial que condena toda forma de segregação e exclusão” (Manual de acessibilidade espacial para escolas: o direito à escola acessível, 2009, p.21).

Conclusões

Ao analisarmos as condições de acessibilidade quanto à comunicação espacial nos diversos locais de circulação do Colégio de Aplicação da UFPE, verificando as condições de sinalização de identificação dos ambientes e as condições de sinalização dos caminhos de direcionamento da localização dos ambientes na escola, percebemos que o referido Colégio pouco avançou no tocante à acessibilidade comunicacional, mesmo tendo 60 anos de existência.

O estudo em tela mostra que não há na instituição um sistema básico de comunicação espacial que favoreça ampliação da independência e autonomia aos cidadãos no seu ir e vir em espaços públicos, especialmente àqueles que possuem alguma deficiência: não evidenciamos o uso de mapa visual e tátil, piso tátil direcional sistema de audiodescrição, legendas ou janela de Libras na Tv institucional; placas de identificação dos ambientes confeccionadas com letra grande e contraste de cor ou ainda placas com letra em relevo ou em Braille; sinalização visual em forma de pictogramas; quadro informativo com o número do pavimento (no caso térreo e 1º andar) e suas principais funções ou ainda mapa com informação visual e tátil do pavimento, indicando saídas de emergência e outros tipos de circulação vertical; serviço de atendimento para pessoas com deficiência auditiva, ou pessoas com surdocegueira; sala de recurso multifuncional; sistema de alarme de incêndio simultaneamente sonoro e luminoso; formas de acesso a acervo e acervo acessível à pessoa com cegueira na Biblioteca.

Diante da problemática, propusemos alternativas para melhoria da qualidade da comunicação espacial nos ambientes analisados na escola, a fim de contribuir para superação

dessa. Uma Comissão de Acessibilidade na Escola poderia ser formada com o objetivo de resgatar os dados dessa pesquisa e propor um projeto detalhado de reforma para acessibilidade comunicacional.

Este estudo ressalta a relevância de se conhecer a importância das condições de acessibilidade nas escolas quanto à comunicação espacial, no sentido de se afirmar uma educação inclusiva que concebe a escola como um espaço de e para todos, locus privilegiado de construção de conhecimento, expressão do pensamento e de desenvolvimento pessoal, - um espaço para formação de cidadãos, nas suas igualdades e diferenças. Nesse sentido, traz uma contribuição para área de conhecimento da Educação, sobretudo Educação Especial.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050: **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. 2 ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

ARANHA, M. S. **Educação Inclusiva: A escola**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial: Brasília, 2004.

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: Ministério da Educação, 2001.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Ministério da Educação, 1996.

CARVALHO, R. E. **Removendo barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva**. Porto Alegre, Mediação, 2000.

MANTOAN, M.T.E. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Ed. Moderna, 2003.

OLIVEIRA, M. M. **Projetos, relatórios e textos na educação básica: como fazer**. Petrópolis: Vozes, 2008.

CAP UFPE. **Projeto Político Pedagógico do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Pernambuco**. Disponível em: www.cap.ufpe.br, acesso em 11 de dezembro de 2016.



SILVA, A. M. **Educação especial e inclusão escolar: história e fundamentos.** Curitiba: Intersaberes, 2012.